



SUBLIME LEILÕES

abraça o extraordinário

fls. 1203, 1214

DADOS DO PROCESSO

JUIZ: PEDRO LUIZ ALVES DE CARVALHO
PROCESSO N.º: [0050699-62.2005.8.26.0602](#) - Despejo por Falta de Pagamento - Locação de Imóvel
VARA: 5ª Vara Cível
COMARCA: Sorocaba do Estado de São Paulo
EXEQUENTE: ANTONIO GERALDO DE PADUA (CPF/MF 702.3087.548-34) e seu cônjuge, se casado for;
EXECUTADO: FATIMA REGINA GIL PINHO (CPF/MF 132.476.358-23) e seu cônjuge, se casada for;
INTERESSADOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA. LEONILDO NARCISO PINHO (CPF/MF 748.785.148-68).

DESCRIÇÃO DO BEM

IMÓVEL: **01 (UM) TERRENO** constituído pela totalidade do lote 12, parte do lote no 11-A e parte do lote nº 1, da quadra "34", da Vila Barão, tendo as seguintes medidas e confrontações: inicia junto a divisa do lote nº 13, e segue na distância de 18,00 metros, no sentido horário com a rua Manoel Lourenço Rodrigues, faz ângulo retro à direita e segue na distância de 25,00 metros, com o remanescente do lote nº 11-A, de propriedade de Francisco Marques dos Santos, sucessor e Wanuir Cândido Lopes e s/m., daí faz pequena deflexão à esquerda e segue na distância de 4,10 metros, com propriedade do mesmo Francisco Marques Santos, sucessor de Wanuir Cândido Lopes c s/m., ainda com o remanescente lote no 11-A, daí faz ângulo à direita e segue na distância de 10,00 metros, com parte do lote nº 1, que faz frente para a Rua Percito de Souza Queiroz; daí deflete à direita em ângulo obtuso, e segue em linha reta na distância de 15,00 metros, com parte do Lote nº 1, de propriedade de Luiz Assumpção Lui, sucessor de Wanuir Cândido Lopes e s/m., daí faz Ângulo reto à direita e segue na distância de 36,00 metros, com o lote nº 13, até dar na linha da frente, ponto de início destas confrontações. Perfaz a área de 497,03 metros quadrados aproximadamente. **CADASTRO MUNICIPAL:** 44.33.79.0609.01.000. **MATRÍCULA Nº 80.315 DO 1º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SOROCABA DO ESTADO DE SÃO PAULO.**

LAUDO DE AVALIAÇÃO: Casa residencial assobradada, em terreno de 497,00m², constituído por 4 suítes, 1 dormitório, 1 sala de leitura, 1 sala íntima, 1 escritório, 1 sala de TV, 1 sala de estar, 1 lavabo, 1 despensa, 1 cozinha, 1 copa, 1 sala de costura, 1 quarto de despejo, 1 banheiro, área gourmet, lavanderia e canil, perfazendo uma área total de 497,00m².

LOCALIZAÇÃO: R. Manoel Lourenço Rodrigues, 45 - Vila Barao, Sorocaba - SP, 18061-230.

DEPOSITÁRIO: FATIMA REGINA GIL PINHO (CPF/MF 132.476.368-23).

ONUS: Consta nas fls. 426 o **TERMO DE PENHORA** do bem referente ao processo epígrafe. Consta na **AV.09 PENHORA** do bem referente ao processo epígrafe. Consta na **AV. 01** a edificação de um prédio sob nº 45, da Rua Manoel Lourenço Rodrigues, com a área construída de 139,00m². Compulsando os autos identificamos **DÉBITOS FISCAIS** junto a PREFEITURA

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por BRUNO CEZAR ALVES XAVIER. Protocolado em 14/05/2026 às 17:22:42, sob o número WSCB26701669220. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 0050699-62.2005.8.26.0602 e o código kmDFTWmH.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Pedro Luiz Alves de Carvalho e Tania Clerici de Amorim, liberado nos autos em 02/06/2026 às 15:19. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0050699-62.2005.8.26.0602 e código CLQPCCDby.

MUNICIPAL DE no valor de R\$ 81.706,81 (oitenta e um mil, setecentos e seis reais e oitenta e um centavos) em 02 de fevereiro de 2026 (fls. 1190-1191). Eventuais débitos pendentes que recaem sobre o bem, de natureza fiscal, ficarão sub-rogados no respectivo preço da arrematação, conforme o art. 130 § único do CTN, e entendimento do STJ (AREsp: 1944757 SP 2021/0188321-4, Relator: TEODORO SILVA SANTOS; Data de Publicação: DJ 24/10/2024). Não há nos autos informações de que sobre os bens recaiam outros ônus, recursos ou causa pendentes. Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus de o interessado verificar suas condições antes das datas designadas para o leilão, bem como dívidas pendentes sobre o bem e não descritas neste edital (art. 18º da Resolução 236/2016 - CNJ).

fls. 1204, 1215

- DÉBITO DA AÇÃO:** R\$ 99.946,82 (noventa e nove mil, novecentos e quarenta e seis reais e oitenta e dois centavos) em setembro de 2024 (fls. 1090-1091).
- HIPOTECA:** Eventual gravame de hipoteca extingue-se com a arrematação, assim, nada será devido pelo arrematante ao credor hipotecário (art. 1499, VI do Código Civil).
- TRIBUTOS:** Eventuais ônus sobre o imóvel correrão por conta do arrematante, exceto eventuais débitos fiscais, bem como os de natureza propter rem, que serão sub-rogados no valor da arrematação, nos termos do art. 130, § único do Código Tributário Nacional, cominado com o art. 908, § 1º do Código de Processo Civil.

INFORMAÇÕES DO LEILÃO

- NOTA:** Conforme artigo 843 do CPC, tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem. Reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade condições.
- AVALIAÇÃO:** **R\$ 929.799,09 (novecentos e vinte e nove mil, setecentos e noventa e nove reais e nove centavos)** em maio/2026. O valor de avaliação será atualizado à época das praças com base nos índices da Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
- DATAS:** **1º LEILÃO em 29/06/2026 a partir das 09:00 horas com encerramento às 14:00 horas em 02/07/2026;** correspondente à avaliação atualizada. Caso não haja lance, seguirá sem interrupção para o:
- 2º LEILÃO que se encerrará em 23/07/2026 a partir das 14:00 horas,** correspondente à 60% (sessenta por cento) da avaliação atualizada, que deverá ser efetuado diretamente no sistema gestor.
- PORTAL:** **SUBLIME LEILÕES,** site www.sublimeleiloes.com.br.
- LEILOEIRO:** CRISTIANO ALBERTO DOS SANTOS - JUCESP 1049.
- CADASTRO:** Os interessados em ofertar lances deverão se cadastrar previamente no site do Leiloeiro, aceitar os termos e condições informados e encaminhar cópias simples dos seguintes documentos:
I - Pessoa Física: RG e CPF ou CNH, comprovante de endereço e certidão de casamento + RG e CPF ou CNH do cônjuge, se casado for;
II - Pessoa Jurídica: Cartão CNPJ, Contrato Social, comprovante de endereço, documentos pessoais de um dos sócios (RG e CPF ou CNH) e procuração com firma reconhecida da assinatura, se representado por terceiro, ficando o cadastro sujeito à conferência de identidade em banco de dados oficiais.
- PAGAMENTOS:** A arrematação far-se-á mediante pagamento à vista do preço pelo arrematante através de guia de depósito judicial (emitida pelo leiloeiro), no prazo de 24 horas da realização do leilão (art. 884, inciso IV, do Código de Processo Civil). A comissão devida ao Leiloeiro será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, (termos do art. 882, § 1º do Código de

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por BRUNO CEZAR ALVES XAVIER. Protocolado em 14/05/2026 às 17:22:42, sob o número WSCB26701669220. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 0050699-62.2005.8.26.0602 e o código kmDFTWmH.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Pedro Luiz Alves de Carvalho e Tania Clerici de Amorim, liberado nos autos em 02/06/2026 às 15:19. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0050699-62.2005.8.26.0602 e código CLQPCDby.

Processo Civil cominado com o art. 7º, caput da Resolução 236/2016 do Conselho Nacional de Justiça). Caso haja sobra do produto da arrematação, poderá ser solicitada ao MM. Juízo a respectiva dedução, (art. 7º, § 4º da Resolução 236/2016 do Conselho Nacional de Justiça). Em caso de acordo, adjudicação, remissão, suspensão ou cancelamento após a apresentação da minuta de edital de leilão, a comissão do Leiloeiro permanece devida a título de ressarcimento das despesas (art. 7º, § 3º da Resolução 236/2016 do CNJ). Consumada a arrematação, no caso de desistência por parte do arrematante, nos termos do art. 903, § 1º, do CPC, a comissão do leiloeiro será a este devida. Em todos os casos o pagamento será feito através de guia judicial ou outro meio a ser indicado pelo leiloeiro oficial e o comprovante deverá ser imediatamente encaminhado para o e-mail: judicial@sublimeleiloes.com.br. Com a comprovação efetiva do pagamento integral do valor da arrematação e da comissão do Leiloeiro será lavrado o auto de arrematação para expedição da ordem de entrega do bem móvel ou carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse (art. 901, §1º do Código de Processo Civil). Não sendo efetuado o depósito da oferta, o Leiloeiro comunicará imediatamente o fato ao Juízo, informando também os lances imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do Juízo, sem prejuízo da aplicação de sanções legais (art. 897, do Código de Processo Civil). Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente (art. 892, §1º, do Código de Processo Civil). Conforme dispõem o art. 893 do CPC: "Se o leilão for de diversos bens e houver mais de um lançador, terá preferência aquele que se propuser a arrematá-los todos, em conjunto, oferecendo, para os bens que não tiverem lance, preço igual ao da avaliação e, para os demais, preço igual ao do maior lance que, na tentativa de arrematação individualizada, tenha sido oferecido para eles".

PARCELAMENTO:

1ª Praça: O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito; até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;

2ª Praça: até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil.

A proposta conterà, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos vinte e cinco por cento do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis, sendo que a proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado. Consideradas as mudanças empreendidas pelo atual diploma processual, aqueles interessados em adquirir o bem penhorado de forma parcelada, que por alguma razão ou justificativa perder o prazo que estabelece o art. 895 do CPC, deverão registrar a proposta no site deste gestor, pois na ausência de lances à vista, poderão ser analisados por este Juízo, para aquilatar a viabilidade da arrematação, conforme entendimento jurisprudencial (TJ-SP - Agravo de Instrumento: 22704761120248260000 Ribeirão Preto, Relator.: Lidia Conceição, Data de Julgamento: 16/09/2024, 36ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/09/2024). As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas e estarão sujeitas, em todos os casos, a homologação do Juízo (art. 895 e seguintes, do Código de Processo Civil).

INTIMAÇÕES:

A título de esclarecimento, consta expressamente que a publicação da minuta de edital supre a intimação pessoal do executado nos termos do art. 889, inciso I, do Código de Processo Civil.

- i) A avaliação será atualizada mensalmente de forma automática pelo sistema.
- ii) Caso sejam ofertados lances nos 3 (três) minutos finais dos leilões, o sistema prorrogará a disputa por mais 3 (três) minutos para que todos os participantes tenham a oportunidade de enviar novos lances (art. 21 da Resolução 236/2016 CNJ).
- iii) Durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. Não serão admitidos lances remetidos via e-mail (art. 22 da Resolução 236/2016 CNJ).

São Paulo, 13 de maio de 2026.

PEDRO LUIZ ALVES DE CARVALHO

Juiz de Direito

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por BRUNO CEZAR ALVES XAVIER. Protocolado em 14/05/2026 às 17:22:42, sob o número WSCB26701669220. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 0050699-62.2005.8.26.0602 e o código kmdFTWmH.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Pedro Luiz Alves de Carvalho e Tania Clerici de Amorim, liberado nos autos em 02/06/2026 às 15:19. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0050699-62.2005.8.26.0602 e código CLQPCDby.